

*A Direção
e Hotelaria.
Ribeiro
10/2/2014*



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

GOVERNO

Decreto Lei n.º 5/2014

Aprova o Regulamento Jurídico da Indústria de Aluguer de Veículos Automóveis e de Barcos de Recreios.

Decreto Lei n.º 6/2014

Aprova a Nova Lei Orgânica da Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe.

*Deu a questão aos P. A. de
levar para o de induzir
no novo regime de
legislação.*

GOVERNO

Decreto Lei n.º 5/2014

REGULAMENTO JURIDICO DA INDÚSTRIA
DE
ALUGUER DE VEÍCULOS AUTOMOVEIS E DE
BARCOS DE RECREIOS

O turismo assume um papel fulcral no conjunto das actividades que contribuem para o crescimento económico do país.

A implementação de estruturas que auxiliem ou facilitem um sector essencial como o do turismo obriga à criação de serviços especializados, a que não é alheia, pela sua relevância, a indústria de aluguer de veículos sem condutor.

Reconhecendo o interesse que a exploração dessa indústria reveste para o turismo do país, urge regular, de forma actualizada, tal matéria no presente diploma,

Assim,

Nos termos da alínea c) do artigo 111.º da Constituição da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

É aprovado o Regulamento da indústria de aluguer de veículos automóveis com ou sem condutor, que consta do anexo I e é parte integrante do presente diploma.

Artigo 2.º

É aprovado o Regulamento da indústria de aluguer de barcos de recreio, que consta do anexo II e é parte integrante do presente diploma.

Artigo 3º

O presente diploma entra em vigor após a sua publicação no Diário da República.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em São Tomé, aos 30 de Janeiro de 2014. -O Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, *Gabriel Arcanjo Ferreira da Costa*; O Ministro da Defesa e Ordem Interna, *Óscar Aguiar do Sacramento e Sousa*; A Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, *Natália Pedro da Costa Umbelina Neto*; O Ministro do Plano e Finanças, *Hélio Silva Vaz de Almeida*; O Ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, *Fernando da Silva Maquengo de Freitas*; O Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, *António Álvaro da Graça Dias*; O Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, *Demóstene Vasconcelos Pires dos Santos*; A Ministra da Justiça, Administração Pública e

Assuntos Parlamentares, *Edite Ramos da Costa Ten Jua*; A Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais, *Maria Tomé Ferreira de Araújo*; O Ministro da Educação, Cultura e Formação, *Jorge Lopes Bom Jesus*; O Ministro da Juventude e Desporto, *Danilson Alcântara Fernandes Cotú*

Promulgado em 3 de Março de 2014.

Publique – se.

O Presidente da República, *Manuel Pinto da Costa*.

ANEXO I

Regulamento da actividade de aluguer de veículos
automóveis

(Rent-a-Car)

Capítulo I
Das Disposições gerais

Artigo 1.º
Âmbito

O presente diploma regula a indústria de aluguer de veículos automóveis com ou sem condutor em S. Tomé e Príncipe.

Artigo 2.º
Objecto

1. A indústria de aluguer de veículos automóveis com ou sem condutor poderá ter por objecto a exploração de:

- a) Veículos ligeiros de passageiros;
- b) Veículos pesados de passageiros;
- c) Motociclos;
- d) Veículos ligeiros de características especiais aprovadas, para o efeito pela Direcção de Transporte Terrestre.

2. A exploração da indústria de aluguer de veículos ligeiros de passageiros sem condutor abrangerá um mínimo de dez veículos desta classe e tipo, a que poderão juntar-se, em qualquer número veículos das restantes classes previstas no número anterior.

3. A exploração da indústria de aluguer de veículos pesados de passageiros com ou sem condutor abrangerá um mínimo de dois veículos desta classe e tipo, a que poderão juntar-se, em qualquer número veículos das restantes classes previstas no número 1.

4. A exploração da indústria de aluguer de motociclos sem condutor abrangerá um mínimo de dez veículos desta classe e tipo, a que poderão juntar-se em qualquer número veículos das restantes classes previstas no número 1.

5. O aluguer sem condutor de veículos ligeiros de características especiais apenas poderá ter lugar nos casos que a indústria tenha conjuntamente por objecto a exploração dos veículos referidos nas alíneas a) e c) do n.º 1.

Capítulo II

Do licenciamento

Secção I

Autorização de exploração

Artigo 3.º

Autorização

1. O exercício da indústria a que se reporta o presente diploma depende do cumprimento dos requisitos estatuídos.

2. Os veículos previstos no número 1 do artigo 2 devem ser previamente inscritos na Direcção do Transporte Terrestre.

Artigo 4.º

Capacidade

1. Para o exercício de Rent-a-Car, as empresas têm que explorar no país o número mínimo de veículos fixados nos termos do presente diploma.

2. As empresas devem constituir-se sob a forma de sociedades comerciais regulares, com sede no país ou no estrangeiro, ou que nele estabeleçam filiais, sucursais, agências ou dependências.

3. As empresas devem possuir organização administrativa e comercial adequada à sua dimensão e dispor de capital social integralmente realizado não inferior em montante a STD 249.462.325,00 (Duzentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, trezentos e vinte e cinco reais), sendo estes requisitos extensivos às filiais, sucursais, agências ou dependências.

Artigo 5.º

Processo de autorização

1. O exercício de aluguer de veículos automóveis não carece de licenciamento na Direcção do Turismo, contudo deve-se proceder a:

- a) Constituição da empresa no Guichet Único;
- b) Inscrição dos veículos na Direcção do Transporte Terrestre;
- c) Declarar a Direcção do Turismo o início da actividade 15 dias antes da data prevista, precisando o tipo e o número de veículos a explorar;

d) Cumprir os demais requisitos estabelecidos em diplomas aplicáveis;

2. Em caso de construção do edifício para a instalação da indústria de aluguer de veículos automóveis, deve-se proceder segundo a legislação em vigor.

Artigo 6.º

Agências, filiais e sucursais

1. As sedes, agências ou filiais das empresas que exploram a indústria de aluguer de veículos automóveis sem condutor terão sempre instalações independentes, nas quais exercerão as actividades que lhes são próprias.

2. As instalações referidas no número anterior, não poderão ser abertas ao público sem declaração à Direcção do Turismo; e a mesma deve ser feita quinze dias antes da data prevista de abertura.

3. A Direcção do Turismo organizará o cadastro dos diversos tipos de instalações sociais relativamente a cada empresa.

Artigo 7.º

Intransmissibilidade

Os direitos resultantes de autorizações concedidas nos termos do artigo 3.º deste diploma são intransmissíveis, excepto quando a transmissão abranja a universalidade dos bens afectos à exploração.

Artigo 8.º

Direito a exploração

1. O direito a exploração é perdido:

- a) Se o titular não iniciar a exploração da indústria no prazo de dois anos a contar da data da constituição da empresa;
- b) Se deixarem de verificar as condições referidas no artigo 4.º do presente diploma.

2. Por infracções repetidas e graves, susceptíveis de comprometerem os interesses e o prestígio deste ramo da indústria poderá ser retirado o direito a exploração.

3. Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1, a inexistência do número mínimo de veículos fixado nos termos do artigo 2.º terá de verificar-se por período superior a noventa dias.

Secção II Licença dos veículos

Artigo 9.º Licenciamento de veículos

1. Só poderão ser utilizados na exploração da indústria os veículos automóveis licenciados para o efeito pela Direcção do Transporte Terrestre.

2. As empresas autorizadas a explorar o aluguer de veículos automóveis sem condutor têm direito ao licenciamento do número de veículos que julguem necessários ao exercício da sua actividade, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 14.º

3. As licenças são intransmissíveis, salvo na hipótese prevista no artigo 7.º, devendo, neste caso, ser averbado o nome do novo titular, mediante requerimento do transmissário, a apresentar na Direcção do Turismo, no prazo de sessenta dias contados do acto que a tiver determinado.

4. O requerimento referido no número anterior será instruído com o respectivo documento comprovativo.

5. Os veículos não poderão ser licenciados sem que a responsabilidade civil pelos danos resultantes de acidente de trânsito se encontre garantida, para cada veículo, por seguro no valor mínimo fixado na legislação aplicável.

6. As licenças deverão respeitar a veículos de matrícula do país.

Artigo 10.º Requerimento

1. Os requerimentos para a concessão de licenças serão entregues na Direcção do Transporte Terrestre ou outra entidade superintendentes e deles constará sempre:

- a) A denominação e sede social;
- b) O documento comprovativo da Constituição da Empresa no Guichet Único
- c) O tipo de veículo e a respectiva matrícula.

2. Os requerimentos serão acompanhados de certificado da inspecção a que se refere o artigo seguinte.

Artigo 11.º Inspecção dos veículos

1. Os veículos automóveis de aluguer sem condutor serão obrigatoriamente sujeitos a inspecção, destinada a verificar as suas condições de comodidade e de segurança:

- a) Quando do seu licenciamento, salvo tratando-se de veículos novos;
- b) Quando tenham sofrido acidente causador de interrupção na exploração do veículo;
- c) Anualmente, a contar da primeira inspecção ou da data do licenciamento.

2. A Direcção do Transporte Terrestre poderá ordenar a inspecção dos veículos sempre que o entender conveniente.

Artigo 12.º Requisitos de utilização dos veículos

1. Não poderão ser utilizados no serviço de aluguer sem condutor veículos automóveis com mais de sete anos, contados a partir da data da fabricação.

2. O limite estabelecido no número anterior poderá ser prorrogado por períodos de um ano, até ao limite máximo de cinco, mediante autorização da Direcção do Transporte Terrestre, após inspecção dos respectivos veículos.

Artigo 13.º Veículos assinalados

O Ministro que tutela a área de turismo, caso isso se venha a revelar indispensável à fiscalização adequada da indústria, pode determinar, por Despacho, que os veículos automóveis de aluguer sem condutor sejam assinalados de forma a permitir a sua fácil identificação exterior.

Artigo 14.º Suspensão e limitação do licenciamento

1. O direito ao licenciamento a que se refere o n.º 2 do artigo 9.º poderá ser suspenso ou limitado temporariamente por Despacho do Ministro da tutela de turismo, mediante parecer da Direcção do Transporte Terrestre.

2. Serão sempre concedidas, no entanto, as licenças destinadas a substituir as que forem canceladas por virtude de reprovação em inspecção, transferência de propriedade ou cancelamento da matrícula dos respectivos veículos, desde que requeridas dentro do prazo de um ano a contar da data do cancelamento.

Artigo 15.º Cancelamento e apreensão de licença

1. As licenças serão canceladas:

- a) Quando se verifique a caducidade ou revogação da autorização;
- b) No caso de penhora dos respectivos veículos;

- c) Se houver transferência de propriedade dos veículos a que respeitam, salvo no caso previsto no artigo 7.º;
- d) Sendo cancelada a matrícula dos respectivos veículos;
- e) Ultrapassado o período de utilização do veículo a que se refere o artigo 12.º;
- f) Quando subsistam, por período superior a sessenta dias, as causas da apreensão das licenças previstas no número seguinte.

2. As licenças serão temporariamente apreendidas, até que cesse a situação determinante da sua apreensão, quando os veículos a que respeitam:

- a) Não forem aprovados em inspecção;
- b) Não sejam apresentadas, sem motivo justificado, às inspecções determinadas;
- c) Não tenham sido objecto da renovação do seguro previsto no n.º 5 do artigo 9.º;
- d) Tenham sido apreendidos.

Capítulo III Dos Contratos

Artigo 16.º

Celebração dos contratos de aluguer

1. Os contratos de aluguer dos veículos automóveis sem condutor serão celebrados na sede social ou nas agências ou filiais, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2. As agências de viagens e os serviços pertencentes a entidades públicas ou privadas especialmente destinados à recepção e assistência de turistas poderão intervir na celebração dos contratos.

3. As empresas autorizadas a explorar o aluguer de veículos automóveis sem condutor, terão a faculdade de contratar na área de exploração de terminais de transporte e em outros locais onde o aluguer se inicie quando aí disponham de serviços instalados para o efeito.

4. As instalações dos serviços a que se refere o número anterior carecem da aprovação das entidades que explorem os terminais de transporte dentro da área por eles abrangida e da Direcção do Turismo.

5. Mediante reserva prévia, devidamente comprovada, as empresas referidas no n.º 3 poderão igualmente contratar nos locais onde o aluguer se inicie, ainda que neles não disponham de instalações fixas para tal fim.

6. Os veículos automóveis de aluguer sem condutor deverão achar-se permanentemente à disposição do público, dentro do horário do funcionamento dos serviços competentes para a celebração dos respectivos contratos de aluguer.

Artigo 17.º

Forma e cláusulas do contrato

1. O contrato de aluguer de veículos automóveis sem condutor será obrigatoriamente numerado e reduzido a escrito, em triplicado, destinando-se cada um dos exemplares:

- a) O original, a ser arquivado pela empresa exploradora pelo período de um ano a contar do seu termo final;
- b) Uma cópia, a ser entregue ao cliente;
- c) Uma cópia a ser enviada à Direcção do Turismo, para efeitos de controlo e fiscalização.

2. Do contrato deverão constar as suas condições gerais, nomeadamente as respeitantes ao preço e outras importâncias recebidas pelo locador a título de caução, prestação de serviços complementares convencionados e à data e lugar do início do aluguer e da entrega do veículo no termo convencionado.

3. Poderá vir a fixar-se por Despacho do Ministro da tutela de turismo o modelo de contrato-tipo a adoptar obrigatoriamente pelas empresas exploradoras, se isso se tornar indispensável para efeitos de fiscalização adequada da indústria, sendo nesse caso os respectivos impressos fornecidos, devidamente numerados e autenticados, pelos serviços competentes.

4. Nos contratos serão obrigatoriamente usados a língua portuguesa e o sistema numérico árabe, sem prejuízo da possibilidade de utilização cumulativa de outra língua ou sistema numérico.

Artigo 18.º

Tarifas

1. O preço devido pelo aluguer de veículos automóveis sem condutor será obrigatoriamente expresso em dobras, euros e dólares e resultará da aplicação cumulativa dos seguintes elementos:

- a) Tarifa de aluguer, por cada dia ou fracção;
- b) Tarifa quilométrica, por cada quilómetro percorrido;
- c) Remuneração correspondente à prestação de serviços complementares convencionados.

2. Por acordo das partes interessadas será permitida a estipulação de uma tarifa diária sem limitação quilométrica.

3. As tarifas referidas nos números anteriores incluem, além dos encargos do seguro de responsabilidade civil previsto no n.º 4 do artigo 9.º, as despesas com os lubrificantes, pneus e câmaras-de-ar e a reparação de avarias não imputáveis ao locatário.

4. Serão estabelecidos, por Despacho do Ministro da tutela de turismo, limites tarifários máximos e mínimos, segundo escalões que abranjam veículos de categoria equivalente.

5. As empresas exploradoras deverão enviar à Direcção do Turismo as tarifas por elas fixadas dentro dos limites máximos e mínimos a que se refere o número anterior, para efeitos de autenticação, expondo-as seguidamente ao público em lugar bem visível nas respectivas sedes, filiais e agências.

6. Nos contratos cujas condições de celebração, atentas as suas particularidades, não permitam a aplicação do sistema tarifário previsto no n.º 1 poderão, sob proposta das empresas exploradoras, ser aprovadas tarifas especiais adequadas aos novos esquemas de contratação.

Artigo 19.º Controlo da Indústria

1. As empresas exploradoras deverão efectuar em cada ano civil, para efeitos de fiscalização e de controlo da indústria, um registo de todos os contratos de aluguer de veículos automóveis sem condutor, segundo a ordem da celebração.

2. A Direcção de Transportes e Comunicações e a Direcção do Turismo, poderão exigir às empresas exploradoras o envio de cópias de contratos celebrados há menos de um ano para controlo da execução dos mesmos.

3. A falsificação dos contratos ou de algum dos seus elementos será punida com a suspensão da actividade da empresa por seis meses, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal decorrente desse facto, nos termos legalmente previstos.

Artigo 20.º Contrato adicional

1. Poderá ser celebrado um contrato adicional ao do aluguer de veículo automóvel sem condutor, tendo por objecto exclusivo a sua condução.

2. O serviço de condução apenas poderá ser prestado por motoristas profissionais e motoristas de automóveis pesados de passageiros, nas condições fixadas pelo Despacho do Ministro da tutela de Turismo.

3. O disposto nos números anteriores é aplicável tanto a motoristas que sejam empregados da empresa como a indivíduos a ela estranhos contratados por seu intermédio, entendendo-se, em qualquer dos casos, que os respectivos serviços são prestados pela própria empresa.

Artigo 21.º Sublocação

Fica expressamente proibida a sublocação dos veículos automóveis alugados nos termos deste Regulamento.

Artigo 22.º Estacionamento

Os veículos automóveis de aluguer sem condutor não poderão estacionar na via pública quando não alugados, salvo em lugares especialmente fixados para este efeito, designadamente os situados junto de terminais de transporte.

Artigo 23.º Documentação

1. Além da documentação relativa ao veículo, serão obrigatoriamente entregues ao locatário, a fim de serem presentes às autoridades, quando assim lhe for exigido, o cartão de seguro, bem como uma cópia do contrato de aluguer do veículo automóvel sem condutor, com o adicional previsto no artigo 20.º, se for caso disso.

2. Os originais da documentação referente ao veículo, nomeadamente da licença, do livrete e das respectivas fichas de inspecção, poderão, para os efeitos do disposto no n.º 1, ser substituídos por fotocópias emitidas pela Direcção do Transporte Terrestre, ou por notário público.

3. A perda pelo locatário dos originais ou fotocópias da documentação referida no número anterior dará lugar ao pagamento da importância de correspondente a STD 500.000,00 (quinhentas mil dobras), destinada a ressarcir o prejuízo da empresa exploradora, salvo se no contrato for fixada para tal fim importância mais elevada.

Artigo 24.º Incumprimento

1. A inobservância, ou a tentativa de inobservância, dos limites tarifários ou das tarifas especiais fixados nos termos dos números 4 e 6 do artigo 18.º, será punida com a suspensão da actividade até um ano e a pena de multa prevista no n.º 1 do artigo seguinte.

2. O aluguer dos veículos sem a respectiva licença ou com a licença cancelada ou apreendida será punido com a suspensão da actividade até um ano e a pena de multa prevista no n.º 1 do artigo seguinte.

3. A medida da pena a aplicar, nos termos dos números anteriores, constitui função da gravidade da infracção e dos antecedentes da empresa.

4. A Direcção do Turismo organizará o registo das sanções aplicadas nos termos do presente artigo, bem como do seguinte.

Capítulo IV Das Sanções

Artigo 25.º Sanções

1. Serão punidos com multa de importância correspondente a STD 23.500.000,00 (vinte e três milhões, e quinhentas mil dobras):

- a) A inobservância, ou a tentativa de inobservância, dos limites tarifários ou das tarifas especiais fixados nos termos dos números 4 e 6 do artigo 18.º, bem como das tarifas fixadas pelas empresas exploradoras dentro dos referidos limites, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo;
- b) O aluguer de veículos sem a respectiva licença ou com a licença cancelada ou apreendida;
- c) A sublocação de veículos alugados;
- d) A prestação de serviços sem observância das condições fixadas nos termos do n.º 2 do artigo 20.º;
- e) A inexistência do registo referido no n.º 1 do artigo 19.º

2. As infracções ao disposto no artigo 16.º, nos números 1 e 2 do artigo 17.º e no n.º 1 do artigo 23.º, serão punidas com a multa em importância correspondente a STD 11.740.000,00 (onze milhões, setecentos e quarenta mil dobras).

3. Serão punidos com multa em importância correspondente a STD 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentas mil dobras):

- a) O estacionamento dos veículos na via pública quando não alugados;
- b) Qualquer infracção não expressamente prevista.

4. A reincidência implica a elevação para o dobro das multas fixadas nos números anteriores.

5. Considera-se reincidência a prática de infracção idêntica antes de decorrido o prazo de seis meses, contados da data da notificação do Despacho que aplicou a multa anterior, ou qualquer outra sanção prevista no presente diploma.

6. As infracções ao disposto no presente Decreto-lei presumem-se da responsabilidade do locador com excepção da prevista na alínea c) do n.º 1.

Artigo 26.º

Prazo para pagamento das multas

1. As multas aplicadas nos termos deste Decreto-lei devem ser pagas no prazo de 30 dias, contados da data de notificação do Despacho punitivo.

2. Se a multa não for paga voluntariamente no prazo fixado no número anterior, a Direcção do Turismo enviará certidão do Despacho punitivo ao competente juízo de execuções fiscais, para efeitos de cobrança coerciva.

3. Pelo pagamento das multas aplicadas às sociedades autorizadas a exercer o aluguer de veículos automóveis sem condutor, são solidariamente responsáveis com aquelas os seus gerentes ou administradores, ainda que à data do Despacho punitivo elas tenham sido dissolvidas ou estejam em liquidação.

Artigo 27.º

Destino das multas

Os valores das multas aplicadas constituem receita do Fundo de Turismo e serão depositados directamente em conta própria do referido Fundo e terão a seguinte distribuição:

a) 70% Constitui receita própria do Fundo;

20% é destinada a Entidade que aplica a multa;

10% é destinada a Entidade que fiscaliza e levanta o auto de notícia.

Artigo 28.º

Prescrição

1. O procedimento para aplicação das multas previstas neste diploma prescreve decorridos dois anos sobre a data em que a infracção foi cometida.

2. As multas prescrevem passados cinco anos sobre a data em que o Despacho punitivo se tornou contenciosamente incorrível, ou sobre a data do trânsito em julgado da decisão judicial proferida em instância de recurso.

Artigo 29.º

Competência punitiva

1. A aplicação das multas e demais penalidades previstas nos artigos anteriores é da competência do Director do Turismo.

2. Dos Despachos punitivos do Director do Turismo cabe recurso hierárquico necessário, com efeito suspensivo, para o Ministro tutelar de turismo, a interpor no

prazo de quinze dias, a contar da data da notificação respectiva.

Capítulo V Disposições finais e transitórias

Artigo 30.º Fiscalização

1. A fiscalização do cumprimento das disposições deste diploma legal incumbe à Direcção do Turismo, à Direcção do Transporte Terrestre, à Polícia Nacional de Segurança Pública e a outras autoridades com atribuições em matéria de transportes terrestres, no âmbito das respectivas competências.

2. A fiscalização das instalações afectas à exploração da indústria de aluguer dos veículos automóveis sem condutor compete especificamente à Direcção do Turismo, assim como a organização dos processos relativos às infracções verificadas.

Artigo 31.º Dúvidas na aplicação

As dúvidas que se suscitarem na aplicação deste diploma serão resolvidas por Despacho do Ministro que tutela a área de turismo.

O Ministro do Turismo, Comércio e Indústria, *Demonstrava Vasconcelos Pires dos Santos*.

ANEXO II

Regulamento da indústria de aluguer de barco de recreio

(Rent-a-Boat)

Capítulo I Das Disposições gerais

Artigo 1.º Âmbito

O presente diploma regula a indústria de aluguer de barcos de recreio e motos de água em S. Tomé e Príncipe.

Artigo 2.º Objecto

1. A indústria de aluguer de barcos de recreio poderá ter por objecto a exploração de:

- a) Barcos de recreio;
- b) Motos de água

- c) Barcos de recreio e motociclos de água de características especiais aprovadas, para o efeito pela Direcção das Capitánias dos Portos ou outra entidade superintendente destes meios de transporte aquáticos.

2. A exploração da indústria de aluguer de barcos de recreio ou motos de água abrangerá um mínimo de seis desta classe e tipo.

Capítulo II Do licenciamento

Secção I Autorização de exploração

Artigo 3.º Autorização

1. O exercício da indústria a que se reporta o presente diploma depende do cumprimento dos requisitos estatuídos.

2. Os transportes aquáticos previstos no número 1 do artigo 2 devem ser previamente inscritos na Direcção das Capitánias dos Portos.

Artigo 4.º Capacidade

1. A autorização só será concedida a empresas que se proponham explorar no país número mínimo de transportes fixados nos termos do presente diploma.

2. As empresas devem constituir-se sob a forma de sociedades comerciais regulares, com sede no país ou no estrangeiro, ou que nele estabeleçam filiais, sucursais, agências ou dependências.

3. As empresas devem possuir organização administrativa e comercial adequada à sua dimensão e dispor de capital social integralmente realizado não inferior em montante equivalente a STD 289.500.000,00 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentas mil dobrás), sendo estes requisitos extensivos às filiais, sucursais, agências ou dependências.

Artigo 5.º Processo de autorização

1. Para o exercício da indústria deve-se proceder a:

- a) Constituição da empresa no Guichet Único;
- b) Inscrição dos veículos na Direcção das Capitánias dos Portos
- c) Declarar à Direcção do Turismo o início da actividade 15 dias antes da data prevista, precisando o tipo e o número de automóveis a explorar.

Artigo 6.º
Agências, filiais e sucursais

1. As sedes, agências ou filiais das empresas que exploram a indústria de barcos de recreio terão sempre instalações independentes, nas quais exercerão as actividades que lhes são próprias.

2. As instalações referidas no número anterior, não poderão ser abertas ao público sem ser feita a declaração à Direcção do Turismo 15 dias antes da data prevista de abertura.

3. A Direcção do Turismo organizará o cadastro dos diversos tipos de instalações sociais relativamente a cada empresa.

Artigo 7.º
Intransmissibilidade

Os direitos resultantes de autorizações concedidas nos termos do artigo 3.º deste diploma são intransmissíveis, excepto quando a transmissão abranja a universalidade dos bens afectos à exploração.

Artigo 8.º
Direito de exploração

1. O direito de exploração perderá:

- a) Se o titular não iniciar a exploração da indústria no prazo de dois anos a contar da data da constituição da empresa;
- b) Se deixarem de verificar-se as condições referidas no artigo 4.º.

2. Por infracções repetidas e graves, susceptíveis de comprometerem os interesses e o prestígio deste ramo da indústria poderá perder o direito de exploração.

3. Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1, a inexistência do número mínimo de veículos fixado nos termos do artigo 2.º terá de verificar-se por período superior a noventa dias.

Secção II
Licença de barcos de recreio e motos de água

Artigo 9.º
Licenciamento de barcos de recreio e motos de água

1. Só poderão ser utilizados na exploração da indústria de aluguer, barcos de recreio e motos de água licenciados para o efeito pela Capitania dos Portos ou outra entidade que superentende.

2. As empresas têm o direito ao licenciamento do número de transportes que julguem necessários ao exer-

cício da sua actividade, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 14.º

3. As licenças são intransmissíveis, salvo na hipótese prevista no artigo 7.º, devendo, neste caso, ser averbado o nome do novo titular, mediante requerimento do transmissário, a apresentar na Capitania dos Portos ou outra entidade superintendente, no prazo de sessenta dias contados do acto que a tiver determinado.

4. O requerimento a que alude o número anterior será instruído com o respectivo documento comprovativo.

5. Os transportes não poderão ser licenciados sem que a responsabilidade civil pelos danos resultantes de acidente de trânsito marítimo se encontre garantida, para cada transporte, por seguro no valor mínimo fixado na legislação aplicável.

6. As licenças deverão respeitar a matrícula do país.

Artigo 10.º
Requerimento

1. Os requerimentos para a concessão de licenças serão entregues na Capitania dos Portos ou outra entidade superintendente e deles constará sempre:

- a) A denominação e sede social;
- b) Certidão de constituição passada pelo Guichet Único;
- c) O tipo de transporte e a respectiva matrícula.

2. Os requerimentos serão acompanhados do certificado da inspecção a que se refere o artigo seguinte.

Artigo 11.º
Inspecção dos Barcos de recreio e motos de água

1. Os barcos de recreio e motos de água serão obrigatoriamente sujeitos a inspecção, destinada a verificar as suas condições de comodidade e de segurança:

- a) Quando do seu licenciamento, salvo tratando-se de barcos e motos de água novos;
- b) Quando tenham sofrido acidente causador de interrupção na exploração do barco de recreio e motos de água;
- c) Anualmente, a contar da primeira inspecção ou da data do licenciamento.

2. A Capitania dos Portos ou outra entidade superintendente poderá ordenar a inspecção dos transportes sempre que o entender conveniente.

Artigo 12.º

Requisitos de utilização dos barcos de recreio

1. Não poderão ser utilizados no serviço de aluguer de barcos de recreio e moto de água com mais de quinze anos, contados a partir da data de fabricação.

2. O limite estabelecido no número anterior poderá ser prorrogado por períodos de um ano, até ao limite máximo de cinco, mediante autorização da Capitania dos Portos ou outras entidades superintendentes, após inspecção dos respectivos meios de transportes.

Artigo 13.º

Veículos assinalados

O Ministro que tutela o turismo, caso isso se venha a revelar indispensável à fiscalização adequada da indústria, pode determinar, por Despacho, que os barcos de recreio ou motos de água sejam assinalados de forma a permitir a sua fácil identificação exterior.

Artigo 14.º

Suspensão e limitação do licenciamento

1. O direito ao licenciamento a que se refere o n.º 2 do artigo 9.º poderá ser suspenso ou limitado temporariamente por Despacho do Ministro da tutela de turismo, mediante parecer da Capitania dos Portos.

2. Serão sempre concedidas, no entanto, as licenças destinadas a substituir as que forem canceladas por virtude de reprovação em inspecção, transferência de propriedade ou cancelamento da matrícula dos respectivos transportes, desde que requeridas dentro do prazo de um ano a contar da data do cancelamento.

Artigo 15.º

Suspensão de Actividades *(de acordo com o veículo)*

1. As actividades serão suspensas:

- a) No caso de penhora dos respectivos transportes;
- b) Se houver transferência de propriedade dos transportes a que respeitam, salvo no caso previsto no artigo 7.º;
- c) Sendo cancelada a matrícula dos respectivos transportes;
- d) Ultrapassado o período de utilização dos transportes a que se refere o artigo 12.º;
- e) Quando subsistam, por período superior a sessenta dias, as causas da apreensão das licenças previstas no número seguinte.

2. As licenças serão temporariamente apreendidas, até que cesse a situação determinante da sua apreensão quando os transportes a que respeitam:

- a) Não forem aprovados em inspecção;
- b) Não sejam apresentadas, sem motivo justificado às inspecções determinadas;
- c) Não tenham sido objecto da renovação do seguro previsto no n.º 5 do artigo 9.º;
- d) Tenham sido apreendidos.

Capítulo III

Do contrato

Artigo 16.º

Celebração dos contratos de aluguer

1. Os contratos de aluguer dos barcos de recreio e motos de água serão celebrados na sede social ou nas agências ou filiais, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2. As agências de viagens e os serviços pertencentes a entidades públicas ou privadas especialmente destinados à recepção e assistência de turistas poderão intervir na celebração dos contratos.

3. As empresas autorizadas a explorar o aluguer dos barcos de recreio e motos de água, terão a faculdade de contratar na área de exploração de terminais de transportes e em outros locais onde o aluguer se inicie quando a disponham de serviços instalados para o efeito.

4. As instalações dos serviços a que se refere o número anterior carecem da aprovação das entidades que explorem os terminais de transporte dentro da área por eles abrangida e da Direcção do Turismo.

5. Mediante reserva prévia, devidamente comprovada, as empresas referidas no n.º 3 poderão igualmente contratar nos locais onde o aluguer se inicie, ainda que nele não disponham de instalações fixas para tal fim.

6. Os barcos de recreio e motos de água deverão achar-se permanentemente à disposição do público, dentro do horário do funcionamento dos serviços competentes para a celebração dos respectivos contratos de aluguer.

Artigo 17.º

Forma e cláusulas do contrato

1. O contrato de aluguer de barcos de recreio e moto de água será obrigatoriamente numerado e reduzido a escrito, em triplicado, destinando-se cada um dos exemplares:

- a) O original, a ser arquivado pela empresa exploradora pelo período de um ano a contar do seu termo final;
- b) Uma cópia, a ser entregue ao cliente;
- c) Uma cópia a ser enviada à Direcção do Turismo, para efeitos de controlo e fiscalização.

2. Do contrato deverão constar as suas condições gerais, nomeadamente as respeitantes ao preço e outras importâncias recebidas pelo locador a título de caução, prestação de serviços complementares convencionados e à data e lugar do início do aluguer e da entrega dos transportes no termo convencionado.

3. Poderá vir a fixar-se por Despacho do Ministro da tutela de turismo, o modelo de contrato-tipo a adoptar obrigatoriamente pelas empresas exploradoras, se isso se tornar indispensável para efeitos de fiscalização adequada da indústria, sendo nesse caso os respectivos impressos fornecidos, devidamente numerados e autenticados, pelos serviços competentes.

4. Nos contratos serão obrigatoriamente usados a língua portuguesa e o sistema numérico árabe, sem prejuízo da possibilidade de utilização cumulativa de outra língua ou sistema numérico.

Artigo 18.º

Tarifas

1. O preço devido pelo aluguer de barcos de recreio e motos de água será obrigatoriamente expresso em dólares e resultará da aplicação cumulativa dos seguintes elementos:

- a) Tarifa de aluguer, por cada dia ou fracção;
- b) Remuneração correspondente à prestação de serviços complementares convencionados.

2. Por acordo das partes interessadas será permitida a estipulação de uma tarifa diária sem limitação de milhas náuticas.

3. As tarifas referidas nos números anteriores incluem, além dos encargos do seguro de responsabilidade civil previsto no n.º 5 do artigo 9.º, as despesas com os lubrificantes, e a reparação de avarias não imputáveis ao locatário.

4. Serão estabelecidos, por Despacho do Ministro da tutela de turismo, limites tarifários máximos e mínimos, segundo escalões que abranjam barcos de recreio e de motos de água.

5. As empresas exploradoras deverão enviar à Direcção do Turismo as tarifas por elas fixadas dentro dos limites máximos e mínimos a que se refere o número

anterior, para efeitos de autenticação, expondo-as seguidamente ao público em lugar bem visível nas respectivas sedes, filiais e agências.

6. Nos contratos cujas condições de celebração, atentas as suas particularidades, não permitam a aplicação do sistema tarifário previsto no n.º 1 poderão, sob proposta das empresas exploradoras, ser aprovadas tarifas especiais adequadas aos novos esquemas de contratação.

Artigo 19.º

Controlo da indústria

1. As empresas exploradoras deverão efectuar em cada ano civil, para efeitos de fiscalização e de controlo da indústria, um registo de todos os contratos de aluguer barcos de recreio e motos de água, segundo a ordem da celebração.

2. A Capitania os Portos, assim como e a Direcção do Turismo, poderão exigir às empresas exploradoras o envio de cópias de contratos celebrados há menos de um ano para controlo da execução dos mesmos.

3. A falsificação dos contratos ou de algum dos seus elementos será punida com a suspensão da actividade da empresa por seis meses, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal decorrente desse facto, nos termos legalmente previstos.

Artigo 20.º

Contrato adicional

1. Poderá ser celebrado um contrato adicional ao de aluguer de barcos de recreios, tendo por objecto exclusivo a sua condução e pilotagem.

2. O serviço de pilotagem e condução apenas poderão ser prestados por pilotos profissionais, bem como barcos de recreio de categoria correspondente aos escalões tarifários superiores.

3. O disposto nos números anteriores é aplicável tanto a pilotos que sejam empregados da empresa como a indivíduos a ela estranhos contratados por seu intermédio, entendendo-se, em qualquer dos casos, que os respectivos serviços são prestados pela própria empresa.

Artigo 21.º

Sublocação

Fica expressamente proibida a sublocação de barcos de recreio e motos de água alugados nos termos deste diploma.

Artigo 22.º

Estacionamento

Os barcos de recreios e motos de água não poderão estar guardados em qualquer lugar quando não alugados,

salvo em lugares especialmente fixados para este efeito, designadamente os situados junto de terminais de transporte.

Artigo 23.º Documentação

1. Além da documentação relativa aos barcos de recreio e motos de água, serão obrigatoriamente entregues ao locatário, a fim de serem presentes às autoridades, quando assim lhes for exigido, o cartão de seguro, bem como uma cópia do contrato de aluguer de barcos e motos de água, com o adicional previsto no artigo 20.º, se for caso disso.

2. Os originais da documentação referente ao aluguer de barcos de recreio e motos de água, nomeadamente da licença, do livrete e das respectivas fichas de inspecção, poderão, para os efeitos do disposto no n.º 1, ser substituídos por fotocópias emitidas pela Direcção do Turismo.

3. A perda pelo locatário dos originais ou fotocópias da documentação referida no número anterior dará lugar ao pagamento da importância correspondente a STD 500.000,00 (quinhentas mil dobras), destinada a ressarcir o prejuízo da empresa exploradora, salvo se no contrato for fixada para tal fim importância mais elevada.

Capítulo IV Das infracções e as Sanções

Artigo 24.º Incumprimento

1. A inobservância, ou a tentativa de inobservância, dos limites tarifários ou das tarifas especiais fixados nos termos dos números 4 e 6 do artigo 18.º, serão punidos com a suspensão da actividade até um ano e a pena de multa prevista no n.º 1 do artigo seguinte.

2. O aluguer dos barcos de recreio e motos de água sem a respectiva licença ou com a licença cancelada ou apreendida será punido com a suspensão da actividade até um ano e a pena de multa prevista no n.º 1 do artigo seguinte.

3. A medida da pena a aplicar, nos termos dos números anteriores, constitui função da gravidade da infracção e dos antecedentes da empresa.

4. A Direcção do Turismo organizará o registo das sanções aplicadas nos termos do presente artigo, bem como do seguinte.

Artigo 25.º Sanções

1. Serão punidos com multa de importância correspondente a STD 23.500.000,00 (vinte e três milhões, e quinhentas mil dobras):

- a) A inobservância, ou a tentativa de inobservância, dos limites tarifários ou das tarifas especiais fixados nos termos dos números 4 e 6 do artigo 18.º, bem como das tarifas fixadas pelas empresas exploradoras dentro dos referidos limites nos termos do n.º 5 do mesmo artigo;
- b) O aluguer dos barcos de recreio e motos de água sem a respectiva licença ou com a licença cancelada ou apreendida;
- c) A sublocação de transportes alugados;
- d) A prestação de serviços sem observância das condições fixadas nos termos do n.º 2 do artigo 20.º;
- e) A inexistência do registo referido no n.º 1 do artigo 19.º

2. As infracções ao disposto no artigo 16.º, nos números 1 e 2 do artigo 17.º e no n.º 1 do artigo 23.º, serão punidas com a multa em importância correspondente a STD 18.000.000,00 (dezoito milhões de dobras) para barcos de recreio e STD 9.000.000,00 (nove milhões de dobras) para motos de água.

3. Serão punidos com multa em importância correspondente a STD 2.000.000,00 (dois milhões de dobras):

- a) Qualquer infracção não expressamente prevista.

4. A reincidência implica a elevação para o dobro das multas fixadas nos números anteriores.

5. Considera-se reincidência a prática de infracção idêntica antes de decorrido o prazo de seis meses, contados da data da notificação do Despacho que aplicou a multa anterior, ou qualquer outra sanção prevista no presente diploma.

6. As infracções ao disposto no presente Decreto-lei presumem-se da responsabilidade do locador com excepção da prevista na alínea c) do n.º 1.

Artigo 26.º Prazo para pagamento das multas

1. As multas aplicadas nos termos deste Decreto-lei devem ser pagas no prazo de 30 dias, contados da data de notificação do Despacho punitivo.

2. Se a multa não for paga voluntariamente no prazo fixado no número anterior, a Direcção do Turismo enviará certidão do Despacho punitivo ao competente juízo de execuções fiscais, para efeitos de cobrança coerciva.

3. Pelo pagamento das multas aplicadas às sociedades autorizadas a exercer o aluguer de barcos de recreio e de motos de água, são solidariamente responsáveis com aquelas, os seus gerentes ou administradores, ainda que à data do Despacho punitivo elas tenham sido dissolvidas ou estejam em liquidação.

Artigo 27.º
Destino das multas

Os valores das multas aplicadas constituem receita do Fundo de Turismo e serão depositados directamente em conta própria do referido Fundo e terão a seguinte destribuição:

- a) 70% constitui receita própria do Fundo;
- b) 20% é destinado a entidade que aplica a multa;
- c) 10% é destinado a entidade que fiscaliza e levanta o auto de notícia.

Artigo 28.º
Prescrição

1. O procedimento para aplicação das multas previstas neste diploma prescreve decorridos 1 ano sobre a data em que a infracção foi cometida.

2. As multas prescrevem passados cinco anos sobre a data em que o Despacho punitivo se tornou contenciosamente incorrível, ou sobre a data do trânsito em julgado da decisão judicial proferida em instância de recurso.

Artigo 29.º
Competência punitiva

1. A aplicação das multas e demais penalidades previstas nos artigos anteriores é da competência do Director do Turismo.

2. Dos Despachos punitivos do Director do Turismo cabe recurso hierárquico necessário, com efeito suspensivo, para o Ministro de tutela de turismo, a interpor no prazo de quinze dias, a contar da data da notificação respectiva.

Capítulo V
Disposições finais e transitórias

Artigo 30.º
Fiscalização

1. A fiscalização do cumprimento das disposições deste diploma legal incumbe à Direcção do Turismo, a Capitania dos Portos ou a entidade que superintende este sector, à Guarda Costeira e a outras autoridades com atribuições em matéria de transportes marítimos, no âmbito das respectivas competências.

2. A fiscalização das instalações afectas à exploração da indústria de aluguer dos barcos de recreio e de motos de água é efectuada pela Direcção do Turismo, assim como a organização dos processos relativos às infracções verificadas.

Artigo 31.º
Dúvidas na aplicação

As dúvidas que se suscitarem na aplicação deste diploma serão resolvidas por Despacho do Ministro do turismo.

O Ministro do Turismo, Comércio e Industria, *Demostene Vasconcelos Pires dos Santos*.

Decreto-Lei n.º 6/2014

Que aprova a Lei Orgânica da Polícia Nacional

Tomando-se necessário dar existência jurídica à Polícia Nacional, definindo a sua natureza, atribuições, competências e organização geral, definindo igualmente as suas autoridades e órgãos;

Considerando a urgente necessidade de criar uma instituição de Polícia Nacional, moderna, funcional, eficaz e adaptada à realidade económico-social do País e que satisfaça aos anseios de segurança e de ordem da população e do Governo;

Nos termos da alínea c) do artigo 111.º da Constituição da República, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º
Aprovação da Lei Orgânica

É aprovada a Lei Orgânica da Polícia Nacional, anexa ao presente diploma e dele fazendo parte integrante.

Artigo 2.º
Norma revogatória

Ficam revogadas todas as disposições legais e regulamentares que contrariem o disposto no presente diploma.

Artigo 3.º
Entrada em vigor

O presente Decreto-Lei entra em vigor nos termos legais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, 15 de Agosto de 2013.- O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Gabriel Arcanjo Ferreira da Costa*; O Ministro da Defesa e Ordem Interna, *Óscar Aguiar Sacramento e Sousa*; A Ministra de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, *Natália Pedro da Costa Umbelina Neto*; O Ministro do Plano e Finanças, *Hélio Silva Vaz Almeida*; O Ministro de Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e do Meio Ambiente, *Oswaldo A. Cravid Viegas d'Abreu*; O Ministro de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, *António Álvaro da Graça Dias*; O Ministro do Comércio, Industria e Turismo, *Demóstenes Vasconcelos Pires dos Santos*; A Ministra da Justiça, Administração Pública e Assuntos Parlamen-

tares, *Edite Ramos da Costa Tem Jua*; O Ministro de Saúde e Assuntos Sociais, *Leonel Pinto Assunção Pontes*; O Ministro da Educação, Cultura e Formação, *Jorge Lopes Bom Jesus*; O Ministro da Juventude e Desporto, *Danilson Alcântara Cotú*.

Promulgado em 14 de Fevereiro de 2014

Publique-se.

O Presidente da República, *Manuel Pinto da Costa*.

ANEXO

LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Preâmbulo

Pelo Decreto-Lei n.º 10/75, de 27 de Agosto, foi extinta a Polícia de Segurança Pública e criada, em sua substituição, a Polícia de Segurança Popular, remetida para diplomas regulamentares, que não vieram a ser publicados, criando um vazio legal no que concerne a sua organização, quadro de pessoal, condições de recrutamento, preparação, ingresso e promoção nos quadros. Com este vazio legal, observou-se ao nascimento e funcionamento de uma instituição que, em termos legais, não tinha regras de funcionamento e, pior que isso, não existia.

Pelo Decreto-Lei n.º 24/79, de 16 de Março, com a finalidade de adaptar alguns órgãos do Ministério da Defesa e Segurança Nacional, em ordem a satisfazer as exigências político-administrativas, foi criado o Departamento da Polícia Nacional e extinta a Polícia Judiciária e a Polícia de Segurança Popular, remetendo também para regulamento interno o regime das atribuições, deveres e funções do novo serviço.

Ao Departamento da Polícia Nacional foram então cometidas as atribuições e competências anteriormente da responsabilidade da Polícia Judiciária, passando a ser, simultaneamente, uma polícia de segurança pública e de investigação criminal, tendo o pessoal da extinta Polícia Judiciária transitado para o Departamento da Polícia Nacional, onde foi integrado com categorias e postos próprios deste Departamento.

O Decreto-Lei n.º 20/91, de 23 de Abril, extinguiu o Departamento da Polícia Nacional, criando em sua substituição o Comando da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe, caracterizado como força policial de vocação paramilitar, armada e uniformizada, cujo objectivo primordial consiste em garantir a tranquilidade, segurança e ordem pública em todo o território nacional.

Decidiu então o Governo que as funções da Polícia Judiciária deveriam ser de novo cometidas a um organismo integrado no Ministério da Justiça, na dependência

hierárquica e funcional do Procurador-Geral da República.

Ao longo deste percurso, verifica-se que o legislador foi limitando, praticamente, a modificar as decisões, não procedendo em conformidade ao reajustar do quadro do pessoal no que se refere, motivo pelo qual a Polícia Nacional continua, no essencial, a regular-se pela legislação em vigor ao tempo da independência, todos os inconvenientes a desajustamentos daí, naturalmente, resultantes.

Esta situação de indefinição jurídica criou incertezas, mesmo conflitos de competências, por si só gerador de uma quebra de autoridade do Estado que urge restabelecer de harmonia com o programa proposto e assumido pelo Governo.

Criou também uma discricionariedade de procedimentos, resultando em situações de clara injustiça e dificuldade de tratamentos de situações similares, dado que as decisões eram baseadas em pessoalismos e favorecimentos pessoais.

Este diploma procura responder às necessidades actuais de um serviço de segurança pública a proporcionar pela Polícia Nacional, definindo pura e objectivamente qual a natureza, atribuições e competências de um moderno serviço de polícia que responda eficazmente não só aos anseios e necessidades da população, também seja garante de estabilidade e ordem pública ao Governo.

Define, igualmente quais são os Órgãos e Autoridades de Polícia, bem como as suas funções, de forma a estabelecer competências e responsabilidades, eliminando eventuais excessos de competências ou conflitos de competências, cuja definição clara e objectiva e respeito integral por fundamentos num Estado de direito democrático.

O estado de indefinição e vazio legal existente na Polícia Nacional criado desde a independência, levando que até agora existisse uma polícia sem uma definição precisa da sua Organização Geral e respectivas competências e atribuições dos seus diferentes órgãos.

Um dos pressupostos base do diploma que ora se publica é definir claramente essa organização e respectivas competências, para que a instituição Polícia Nacional não dependa, na sua organização, da visão individual de cada responsável por cada serviço, mas antes que cada responsável encontre as soluções mais adequadas para a prossecução dos objectivos e missões atribuídos no diploma.

No fundo, é definir um modo de funcionamento que considere o mais adequado para a instituição e que dependa da visão individual de cada responsável. Com este modelo e os responsáveis adaptam-se a ele e não o contrário.